



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Registro de preços para a contratação de empresa para fornecimento de *Switches* de rede gerenciáveis, com garantia de fábrica de 60 meses, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Atualmente a estrutura de rede da Justiça Eleitoral Catarinense, tanto em sua Sede como nos Cartórios Eleitorais, vem demandando melhorias, tendo em vista: a implantação da Telefonia VOIP, que já está em andamento; e a necessidade de maior conectividade, demandados com a implantação de diversos serviços de atendimento ao público.

Para que se consigam suprir essas necessidades crescentes, se faz necessária a aquisição de ativos a serem utilizados em todo o estado.

Switches são equipamentos de rede de dados essenciais em qualquer sistema de cabeamento estruturado – como os implantados nos cartórios eleitorais e nas demais unidades do TRE/SC –, sendo responsáveis por interligar computadores e outros equipamentos de rede, realizando a comunicação de dados de maneira inteligente, criando um canal exclusivo entre a origem e o destino, aumentando o desempenho e diminuindo a ocorrência de erros. Com a implantação de telefonia VOIP nos cartórios eleitorais, é imprescindível a aquisição de *Switches* que permitam o isolamento da rede (Vlans) e seu gerenciamento remoto, o que hoje não é possível executar com os equipamentos atualmente instalados nesses locais.

Desse modo, visando manter e expandir os serviços de rede e telefonia da Justiça Eleitoral catarinense, de modo que esta possa continuar prestando serviços públicos de qualidade à população em todo o estado de Santa Catarina, planeja-se contratação de pessoa jurídica para fornecimento dos equipamentos supracitados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2. Objetivos e Benefícios

O objetivo da presente contratação é prover o TRE/SC de unidades de switches gerenciáveis disponíveis à instalação e redundância nos cartórios eleitorais, obtendo como benefício a garantia do funcionamento da rede de dados daquelas unidades orgânicas de forma mais segura e em harmonia com a implantação da telefonia VoIP, também garantindo a continuidade dos serviços em caso de falhas dos equipamentos principais.

Como resultado, espera-se que a Justiça Eleitoral catarinense disponha de uma infraestrutura tecnológica atualizada, capaz de oferecer alta disponibilidade a seus clientes internos e externos.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">RE1 - Satisfação dos usuários de TIC;RE2 - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC;
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;AE06 - Manter parque tecnológico atualizado;

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n.º 37.967/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada
SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT	250	250
SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 48 PORTAS GIGABIT	150	150

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - "Especificação Técnica Detalhada" deste documento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Objeto	Quantidade
1	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT	250 unidades
2	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 48 PORTAS GIGABIT	150 unidades

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A contratação será parcelada em dois itens. A adjudicação será por item.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços.

2.12. Impacto Ambiental

2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar, onde couber, pelo mecanismo de logística reversa.

2.12.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigido que os produtos ofertados atendam aos requisitos da Diretiva RoHS.

2.13. Conformidade Técnica

2.13.1. Da homologação ANATEL

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC, será exigido que os produtos tenham certificação de homologação pela ANATEL.

2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1. A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.16.2. Entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
 - 2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
 - 2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais predominantemente recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
 - 2.16.2.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
 - 2.16.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
 - 2.16.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - 2.16.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.16.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;
- 2.16.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

- 3.1. ITEM 1 – SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT**, com os seguintes requisitos mínimos:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TIPO

- 3.1.1. Switch gerenciável de 24 portas;

REQUISITOS GERAIS

- 3.1.2. Tensão de alimentação de 110/220 V, 60 Hz, com chaveamento automático;
- 3.1.3. Gabinete de altura 1U, padrão para montagem em rack de 19" (incluindo os acessórios fixadores, parafusos, etc.);
- 3.1.4. No mínimo, 24 portas de 10/100/1000 Mbps (Gigabit) Ethernet Base-T interface RJ-45;
- 3.1.5. Possuir LEDs de identificação de atividades de cada porta e de alimentação;
- 3.1.6. No mínimo 2 portas de Ethernet interface SFP ou SFP+;

CAMADA 2

Suporte aos seguintes protocolos e padrões:

- 3.1.7. IEEE 802.3ad (LACP);
- 3.1.8. IEEE 802.1D Spanning Tree;
- 3.1.9. IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree;
- 3.1.10. IEEE 802.1s Multiple Spanning Tree;
- 3.1.11. IEEE 802.1p Priority Tags;
- 3.1.12. IEEE 802.1X;
- 3.1.13. IEEE 802.1Q VLAN;
- 3.1.14. IGMP Snooping;
- 3.1.15. DHCP Snooping;
- 3.1.16. Controle de "Broadcast Storm";
- 3.1.17. Jumbo Frames de pelo menos 9 KB;
- 3.1.18. Tabela de MAC Address mínima de 8 K;
- 3.1.19. Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation)
- 3.1.20. Taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 38 Mpps;
- 3.1.21. Capacidade de comutação mínima de 50Gbps.

IPv6

- 3.1.22. Suportar funcionalidades e gerenciamento em IPv4 e IPv6;
- 3.1.23. IPv4/IPv6 Dual Stack;
- 3.1.24. MLD snooping;
- 3.1.25. Neighbor Discovery IPv6;

GERENCIAMENTO

- 3.1.26. SNMP;
- 3.1.27. Log remoto do sistema (Syslog);
- 3.1.28. SNMP v1, v2c e v3;
- 3.1.29. SSHv2;
- 3.1.30. Autenticação RADIUS;
- 3.1.31. Permitir a configuração da interface de gerenciamento em VLAN específica (VLAN de gerenciamento), não utilizada pelas portas de tráfego;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SUSTENTABILIDADE

- 3.1.32. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 3.1.33. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens predominantemente recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

GARANTIA

- 3.1.34. O equipamento ofertado deve possuir garantia de fábrica de 60 (sessenta) meses;

OUTROS REQUISITOS

- 3.1.35. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
- 3.1.36. O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;
- 3.1.37. Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos, etc.);
- 3.1.38. Todas as portas e funcionalidades devem, quando necessário, acompanhar licenças;
- 3.1.39. O equipamento ofertado deve ter certificado de homologação da ANATEL;
- 3.1.40. O produto deve estar em linha de produção;

INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

- 3.1.41. Deve ser informado na proposta:

- **Marca e modelo do item cotado.**

- 3.1.42. Poderá ser solicitada ao proponente melhor classificado a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação do atendimento do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;

3.2. ITEM 2 - SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 48 PORTAS GIGABIT, com os seguintes requisitos mínimos:

TIPO

- 3.2.1. Switch gerenciável de 48 portas;

REQUISITOS GERAIS

- 3.2.2. Tensão de alimentação de 110/220 V, 60 Hz, com chaveamento automático;
- 3.2.3. Gabinete de altura 1U, padrão para montagem em rack de 19" (incluindo os acessórios fixadores, parafusos, etc.);
- 3.2.4. No mínimo, 48 portas de 10/100/1000 Mbps (Gigabit) Ethernet Base-T interface RJ-45;
- 3.2.5. Possuir LEDs de identificação de atividades de cada porta e de alimentação;
- 3.2.6. No mínimo 2 portas de Ethernet interface SFP ou SFP+;

CAMADA 2

Suporte aos seguintes protocolos e padrões:

- 3.2.7. IEEE 802.3ad (LACP);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3.2.8. IEEE 802.1D Spanning Tree;
- 3.2.9. IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree;
- 3.2.10. IEEE 802.1s Multiple Spanning Tree;
- 3.2.11. IEEE 802.1p Priority Tags;
- 3.2.12. IEEE 802.1X;
- 3.2.13. IEEE 802.1Q VLAN;
- 3.2.14. IGMP Snooping;
- 3.2.15. DHCP Snooping;
- 3.2.16. Controle de "Broadcast Storm";
- 3.2.17. Jumbo Frames de pelo menos 9 KB;
- 3.2.18. Tabela de MAC Address mínima de 16 K;
- 3.2.19. Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (link aggregation)
- 3.2.20. Taxa de encaminhamento de pacotes mínima de 75 Mpps;
- 3.2.21. Capacidade de comutação mínima de 100 Gbps.

IPv6

- 3.2.22. Suportar funcionalidades e gerenciamento em IPv4 e IPv6;
- 3.2.23. IPv4/IPv6 Dual Stack;
- 3.2.24. MLD snooping;
- 3.2.25. Neighbor Discovery IPv6;

GERENCIAMENTO

- 3.2.26. SNMP;
- 3.2.27. Log remoto do sistema (Syslog);
- 3.2.28. SNMP v1, v2c e v3;
- 3.2.29. SSHv2;
- 3.2.30. Autenticação RADIUS;
- 3.2.31. Permitir a configuração da interface de gerenciamento em VLAN específica (VLAN de gerenciamento), não utilizada pelas portas de tráfego;

SUSTENTABILIDADE

- 3.2.32. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 3.2.33. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens predominantemente recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;

GARANTIA

- 3.2.34. O equipamento ofertado deve possuir garantia de fábrica de 60 (sessenta) meses;

OUTROS REQUISITOS

- 3.2.35. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
- 3.2.36. O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;

- 3.2.37. Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers* e componentes (cabos, etc.);
- 3.2.38. Todas as portas e funcionalidades devem, quando necessário, acompanhar licenças;
- 3.2.39. O equipamento ofertado deve ter certificado de homologação da ANATEL;
- 3.2.40. O produto deve estar em linha de produção;

INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

3.2.41. Deve ser informado na proposta:

- **Marca e modelo do item cotado.**

3.2.42. Poderá ser solicitada ao proponente melhor classificado a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação do atendimento do produto ofertado às especificações técnicas exigidas;

3.3. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

ITEM 1 - SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT

3.3.1.1. Marca: TP-LINK. Código: TL-SG3428

3.3.1.2. Marca: DLINK. Código: DGS-1210-28

ITEM 2 - SWITCH DE REDE GERENCIÁVEL 48 PORTAS GIGABIT

3.3.1.3. Marca: TPLINK. Código: TL-SG3452.

3.3.1.4. Marca: DLINK. Código: DGS-1210-52

Observação: As marcas e modelos supracitados prestam-se tão somente a esclarecer o objeto pretendido, referenciando o licitante quanto aos requisitos que devem estar presentes no produto cotado, servindo, portanto, apenas como parâmetros de compreensão das especificações exigidas, de modo a afastar eventuais dúvidas que possam ser suscitadas. Portanto, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados e que detenham as especificações técnicas exigidas para o objeto.

3.4. Códigos SIASG

ITEM 1 - Código: 254980.

ITEM 2 - Código: 448242.

3.4.1. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 23 de setembro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE/SC e da Contratada

- 1.1.1. A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: csit-sgati@tre-sc.jus.br.
- 1.1.2. A Equipe de Gestão da Contratação será composta por:

Integrantes	Nome	Unidade
Gestor da Contratação	Rogério Valdir da Silva	Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	Álvaro Sampaio Correia	Coordenador de Suporte e Infraestrutura de TI
Fiscal Demandante	Josué da Silva Monteiro	Assistente da Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	Marcus Vinícius Pereira Doreto	Técnico Judiciário
Fiscal Técnico	Gilberto José Rossa Júnior	Assistente da Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	André Dutra Silva	Técnico Judiciário
Fiscal Administrativo	Carlos Ruas de Araújo	Técnico Administrativo
Substituto	Geraldo Luiz Savi Júnior	Chefe da Seção de Licitações

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os equipamentos em dia útil, das 13h às 19h, à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será emitida nota de empenha em favor da empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. Os produtos ofertados deverão ter garantia de fábrica mínima de 60 (sessenta) meses.

1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE/SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico ou e-mail.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Seção de Gestão de Ativos de TI
- Titular da Chefia: Sr. Rogério Valdir da Silva;
- Telefone: (48) 3251-7459;
- Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
- E-mail: csit-sgati@tre-sc.jus.br e rogerio@tre-sc.jus.br.

1.5.2. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- c) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;

1.5.3. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.

1.5.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE/SC.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.

1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

- 1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.
- 1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
 - a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
 - b) Não entregar a documentação exigida no edital;
 - c) Apresentar documentação falsa;
 - d) Causar o atraso na execução do objeto;
 - e) Não manter a proposta;
 - f) Falhar na execução do contrato;
 - g) Fraudar a execução do contrato;
 - h) Comportar-se de modo inidôneo;
 - i) Declarar informações falsas; e
 - j) Cometer fraude fiscal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- k) Não entregar a amostra de produto ofertado.
- 1.11.3. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.
- 1.11.4. Para os casos não previstos poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) No caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
 - c) No caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.11.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.